

Duas políticas para todas as esferas de governo

Categories : [Colunistas Convidados](#)

Ainda sobre o tema da produção e do consumo, presente em [meu artigo anterior em \(\(o\)\)eco](#), vou me concentrar em um recorte bastante claro sobre como os governos (federal, estadual e até mesmo municipal), dividindo a conta com a sociedade (empresas e consumidores), podem impulsionar uma nova economia, cada vez mais verde ou sustentável. Para isso, olho de perto duas políticas públicas e sua forte correlação com a sustentabilidade da economia e da sociedade.

A primeira delas é a recente Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Aprovada em 2010 no Congresso Nacional após 19 anos de tramitação, foi um passo de importância histórica para que a problemática do consumo e descarte de embalagens ganhasse relevância nacional e fosse finalmente enfrentada, dada à magnitude de seus impactos econômico e sobre o saneamento ambiental.

A [Lei Nacional de Resíduos Sólidos \(PNRS\)](#), sem sombra de dúvida, ao responsabilizar municípios (coleta seletiva), estados (erradicação dos lixões e políticas de desoneração das cadeias do tratamento de resíduos) e governo federal (elaborar o Plano Nacional contemplando dez cadeias de resíduos e fazer a articulação para disponibilizar créditos para o financiamento da operação em escala nacional), torna esta iniciativa uma das que possuem maior envergadura para mudar cultura e comportamento e gerar uma economia associada ao tratamento de resíduos que pode ser exuberante em um país como o Brasil, de dimensões continentais.

O país tem potencial de um lado (escala) e, de outro, dificuldade por ter áreas remotas, municípios pobres e uma sociedade pouco consciente do seu papel decisivo na implementação desta política. Os resultados até o momento falam que cerca de 1.750 municípios de um total de 5.561 conseguiram cumprir a Lei que previa a erradicação dos lixões até 2014. O que vai acontecer com o restante e com o sucesso dessa empreitada depende da vontade política e da pressão da sociedade no futuro próximo. Olhar para os programas dos candidatos à Presidência da República e verificar o estatuto desta vontade política na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos é, a meu ver, um dever cívico para quem se acha militante do desenvolvimento sustentável.

Impulso às compras públicas sustentáveis